

A Confederação argentina e a pátria distante: apontamentos sobre a partida dos emigrados rioplatenses (1828-1842)

SUELLEN MAYARA PÉRES DE OLIVEIRA*

Introdução

O chamado movimento decembrista, liderado pelo unitário Juan Lavalle em dezembro de 1828, teria sido mais um entre tantos outros conflitos que alvoroçaram a vida política da região do Prata, senão fosse um marco na oposição entre o grupo federal e o unitário. No âmbito dos acontecimentos externos às Províncias Unidas do Prata, meses antes foi assinado o Tratado do Rio de Janeiro com a finalidade de documentar o reconhecimento da Independência do Uruguai por parte do Império do Brasil e do governo das Províncias Unidas¹. Se por um lado o clima externo mirava um acordo de paz na região, por outro ponto de vista interno a assinatura da convenção revelou as fragilidades do projeto político levado a cabo pelo unitarista Bernardino Rivadavia².

Deste contexto pode ser observado que o enfraquecimento de Rivadavia cedeu espaço para atuação de outros membros do grupo unitário. Entre eles, Juan Lavalle conseguiu articular a adesão daqueles que lutaram em Ituzaingo para compor uma tropa que destituiria o federal Manuel Dorrego, eleito como governador da Província de Buenos Aires e representante das Províncias conjuntamente após o afastamento de Rivadavia.

Os desejos de dirigir e participar politicamente das decisões que partiam da província de Buenos Aires dividiu não somente os unitários, sobretudo aqueles homens das províncias vizinhas que se sentiam bastante afetados pela política do interior

* Mestre em História Social, doutoranda do PPGHIS/UFRJ. Bolsista CNPq.

¹ O nome oficial da atual República Argentina foi convencionado no governo de Bartolomé Mitre em 1862 com o fim da guerra civil, quando a capital do estado retornou para a cidade de Buenos Aires. Durante a gestão de Juan Manuel de Rosas, o nome oficial era Confederação Argentina e representava todas as províncias da região do Prata que aderiram ao Pacto Federal em 1831. Entre 1810 e 1831, o nome oficial era Províncias Unidas da região do Prata e também nomeava as províncias regionais que romperam com a monarquia hispânica. Apesar do nome Argentina significar Prata em latim, *argentum*, era mais comum o uso de rioplatense como identidade regional, o uso de Argentina como nome símbolo de um estado político começou a ser utilizado por Rosas.

² Foi governador da província de Buenos Aires e em 1829 representante com *status* de presidente das Províncias Unidas do Prata.

efetuada por Rivadavia. Em 1829, foram esses últimos responsáveis por um levantamento rural que marchou rumo à capital para afrontar o governo de Lavalle, cuja liderança era de Juan Manuel de Rosas.

Há alguns anos que o outro Juan que surgiu nessa cena era responsável pela comissão de pacificação dos índios e por tanto fizera alianças muito importante com os líderes do interior. Também é ele quem apontou a ilegalidade do governo de Lavalle que não havia sido eleito para o cargo, nem nomeado pela Assembléia das províncias. Diante da acusação Juan Lavalle negociou com Rosas a convocação de novas eleições para governador da Província de Buenos Aires, nesse entre tempo Rosas assumiu de modo provisório em 1829. Como governador de Buenos Aires, ele firmou em 1831 o pacto federal que unia as províncias litorâneas à província bonaerense com a proposta de acabar com o centralismo da capital representada oficialmente pela influência de seus representantes nas decisões da Assembléia de províncias. (SALVATORE, 2005).

Tal qual essa, histórias de pacto político entre as lideranças do centro e do interior foram comuns por toda América pós-independente. Seria um ledor engano interpretá-las apenas como uma característica de ausência de participação popular, ou como parte do fenômeno caudilhista visto que em muitos casos esse tipo de direção política das províncias não impedia o funcionamento das eleições em outras instâncias (SABATO, 1999). Igualmente importante é esclarecer que as eleições não eram a única forma de participação política da região do Prata, já que como argumentou Pilar Gonzalez Bernaldo, antes do estado nacional ter se consolidado como modelo político único havia inúmeras formas de tomar parte da comunidade política tais como atuar em guerras, na imprensa, em discussões em bares, associações salões literários e etc (GONZALES BERNALDO, 1997). Diante desses matizes parece ser o conceito de legitimidade o produtor da diferenciação de tais práticas participativas. Igualmente importante foi o modo que o estado cerceou-as pela punição, legalizando determinadas práticas políticas e outros dispositivos institucionais.

Voltando a 1828, havia uma proposta dos representantes provinciais, unitários e federais, que as eleições deveriam ser legitimada em várias instâncias políticas como na Assembléia e nos *cabildos*, a fim de combater o que para os grupos políticos era a fonte da corrupção da vida política: as direções compactuadas. Assim, formalizar as eleições

foi uma das promessas de Lavalle ao assumir o poder depois do levante decembrista. Da mesma forma que Rosas quando assumiu eleito incorporou ao seu programa político essa demanda, mas como uma pressão para exigir da Assembléia de representantes provinciais o aumento de suas competências como governador. Depois de um grande impasse a Assembléia decidiu a favor do pedido e encerrou seus trabalhos em caráter provisório. Após ter ganhado as eleições em 1829, Juan Manuel de Rosas passou a dirigi-la atuando tanto na instância administrativa quanto legislativa.

Entre as formas utilizadas por Rosas para promover a adesão da comunidade rioplatense uma delas foi divulgar um espaço de medo, simbolizado na luta para que o levante decembrista não se repetisse. É dessa forma que os unitários e o movimento de Lavalle foram transformados em um evento simbólico de práticas anárquicas de manifestar-se politicamente. Como foi também esse conflito a base de sua legitimidade para conduzir a Província de Buenos Aires com faculdades extraordinárias cedidas pela Assembléia das províncias (MYERS, 2002). Através de uma plataforma discursiva pragmática e novas leis, Rosas criou hierarquias dentro das formas de participar da comunidade política, valorizando as semanas das eleições e inferiorizando as manifestações públicas desde os movimentos armados até mesmo a crítica em jornais.

O historiador Jorge Myers apontou como as ações de prevenção e segurança dentro do discurso rosista, transformaram-se em práticas de legitimação de seu empreendimento político. Todavia, a manutenção dos poderes ampliados dependia da permanência da suposta ameaça dos unitários ao governo provincial (MYERS, 2002).

Art.3. El uso de las facultades extraordinarias cesará desde que el P.E. anuncie a la Sala haber pasado la crisis peligrosa, o desde que la H. Representación con conocimientos exactos, y previo informe al Gobierno, declare ser innecesaria la continuación de ellas (MYERS, 2002, pág. 126).

Então, parece fundamental o papel que a recordação do movimento decembrista exerceu na legalização de uma nova comunidade política criada por Rosas, quando foi governador (1829-1832).

Há que trazer para a reflexão algumas perguntas em relação a “crise perigosa” e como ela foi mobilizada por Rosas. A primeira delas se refere à ausência de um texto constitucional aprovado por todas as províncias da região do Prata, o que implica que

dentro da arquitetura política não havia sido legalizado o *status* de ser cidadão. Portanto, quais governos poderiam ser considerados anárquicos e ilegais? A resposta aponta para uma interpretação de que os debates, as guerras e as disputas estavam inseridas em um estado em vias de consolidação, então o projeto rosista também apresentava uma expectativa de construção.

Quando Rosas assumiu em 1829, a província de Buenos Aires sob gestão de Rivadavia havia sido pioneira ao adotar o voto universal em 1821 e extinguir a escravidão, contudo esse exercício conviveu com tantos outros instrumentos de mobilização política de diversos setores da população. Assim, estabelecia um jogo de exclusão e inclusão, logo a questão também pode ser refeita de outro ponto de vista: Rosas começou a excluir que tipo de modelo e participação política dentro do seu projeto?

Diante desse quadro diverso, o projeto político de Rosas estava muito mais ligado a uma condenação de práticas que dos indivíduos, durante o primeiro governo. Então, deve-se ter em conta que seus detratores não estavam definidos e posicionados em 1829. Logo, a perseguição e punição das práticas políticas foram às principais ameaças aos cidadãos bonaerenses.

Aqui se emoldurou o quadro de combate aos opositores e aos movimentos políticos para chegar ao poder. Dentro dele, o movimento decembrista aparece destacado como modelo às avessas, servindo de evento paradigmático para a exclusão de pessoas e de determinadas formas de participação política.

II. Inventando um passado de terror

Mediante a falta de um princípio constitucional, Rosas utilizou-se de decretos e editais que eram expostos publicamente nas ruas e nos periódicos. Em análise desses editais, percebe-se que as novas leis e decretos eram veiculados em regime público, eram assim fixadas nas ruas para que toda a população tivesse conhecimento.

Uma das leis mais polêmicas foi a lei de imprensa em 31/12/1829. Além de cercear as publicações da província aos olhares do governo, ela também partia de uma formalização do teor dos papéis públicos. Como apontaram vários trabalhos sobre o

período rosista, ele utilizou todos os dispositivos disponíveis para combater seus críticos e criar uma esfera pública de aceitação popular (MYERS, 2002), (SALVATORE, 2005), (TERNAVASIO, 1999). Contribuiu para a recepção do discurso rosista as formas clássicas consagradas pela retórica, como por exemplo o catilinarismo (MYERS, 2002). Dessa forma a censura e o ataque se inseriam dentro de uma narrativa histórica, cuja inovação foi veicular uma nova cronologia para a direção política de Rosas na história de Buenos Aires. Com tanto que tais narrativas servissem ao propósito de confinar o período rivadaviano e o projeto dos unitários ao passado. Cabe ressaltar que as narrativas históricas de Rosas circulavam em pequenos trechos em todos seus discursos, editais e até mesmo na introdução do texto das novas leis que ele criou. Contudo, tal representação histórica do tempo pretérito constituía um exemplo a ser combatido para que o presente fosse repleto de ordem e esperança.

Observa-se então que o governo de Rosas foi marcado por um espaço de terror porque perseguiu seus inimigos, censurou a imprensa e coibiu manifestações públicas contrárias ao seu projeto. Todavia, a narrativa histórica desse processo criada por ele e seus periodistas, como Pedro de Angelis, associou esse espaço do medo ao passado recente do período em que os unitários dirigiram a província. Assim, podemos entender que enquanto Rosas divulgava que a anarquia dos unitários era parte de um passado a ser combatido e jamais seguido como exemplo, os unitários e um bando de outros cidadãos não unitários, que também foram expulsos e identificados com aquele grupo, tinham que provar discursivamente que faziam parte de um tempo presente. Vemos assim que a ocupação de um espaço na nova comunidade política rosista ficou restrita àqueles que apoiaram Rosas, estes últimos foram também aqueles que fizeram uma opção por viver um novo presente e abandonar um passado recente.

Em suma, o cerceamento dos inimigos de Rosas em Buenos Aires foi acompanhado de várias narrativas que manipulavam o tempo. É a partir dessa época que Rosas assumiu como líder de uma nova federação. No seu novo mandato em 1835, a nova cronologia de seu governo já circulava com bastante recorrência dentro do contexto da história de Buenos Aires, inaugurada pelas narrativas da Revolução de maio (WASSERMAN, 2008). Em todas as publicações oficiais, o governo aparecia situado

no tempo assim: “Viva la Federacion! Buenos Aires, 26 de la Libertad, 20 de la Independencia y 6 de la confederación Argentina.” (MYERS, 2002).

Restava ao grupo exilado de sua comunidade política enfrentar ou fugir do espaço do terror³. Excluídos pela força dos exércitos federais ou pela restrição da lei de imprensa, os inimigos de Rosas passaram a migrar para as províncias do interior. Em algumas delas, os unitários conseguiram apoio político. Em 1830, o general Paz organizou uma liga das províncias do interior sem romper com Buenos Aires e restituir a soberania da Assembléia de províncias. O fortalecimento das províncias do interior junto às lideranças unitárias que fugiram de Buenos Aires ameaçava o empreendimento rosista, principalmente porque a liga havia tomado uma parte da influência de Facundo Quiroga no interior. Daí que Rosas firmou o pacto federal unindo Buenos Aires as províncias litorâneas. A Guerra civil entre as duas ligas, e intensificação da perseguição aos opositores levou uma série de federais a romperem com Rosas, como o federal Tomas Guido.

Embora, a Liga do Litoral tenha saído vencedora desse embate, os representantes da Assembléia revogaram as faculdades extraordinárias do governador e convocaram novas eleições. Dentre 1833 e 1834, Rosas retornou ao interior e deu acabo a formação de novas alianças comandando um exército de campanha no deserto para por fim as comunidades indígenas, visto que para os estancieros os grupos nômades ameaçavam as atividades pastoris. Os interesses econômicos foram fatores incisivos no reconhecimento dos índios como estrangeiros a comunidade política que se forjava. É também dessa peregrinação de Rosas pelo interior que ele organizou a mazorca, um grupo político federal que exterminava e perseguia os críticos do pacto federal (SALVATORE, 2005.).

Logo, a guerra reforçou ainda mais a retórica catilinária de Rosas e o argumento de que a província estava ameaçada. A vitória de Juan não foi apenas à guerra, mas também de um projeto político que afiançava e hierarquizava aqueles que podiam pertencer a vida política. Sendo assim em 1835, Juan Manuel de Rosas foi reeleito e mais uma vez convenceu a Assembléia a conceder os poderes extraordinários.

³ Tanto Michel Foucault quanto Benedict Anderson argumentaram que o terror é uma parte constitutiva do processo de consolidação do estado moderno. (FOUCAULT, 2009) (ANDERSON, 1989).

Após a vitória das províncias litorâneas sobre as do interior, não havia mais lugar para os fugidos e derrotados. Lembrar dos exilados unitários ou federais que deixaram escritos é fácil, mas os tantos outros que lutaram em seus bandos, se perderam nas margens do Rio da Prata vagando por terem sido estrangeiros em sua própria terra? Muitos viveram fugindo para sempre sem ao menos terem levantado a bandeira unitária. Quem eram esses outros estrangeiros que o discurso rosista identificava como pertencendo a seus inimigos políticos?

Um edital manuscrito publicado na Província de São Luis em 1836 ajuda a configurar esses outros exilados da Confederação Argentina. Talvez um dos poucos papéis que circulavam nas províncias que tenha sobrevivido ao tempo, já que ele foi reproduzido em caráter manuscrito e provavelmente copiado de tantos outros que a direção bonaerense espalhou por todas as províncias depois da guerra.

O primeiro artigo a que se refere o edital se dirige ao grupo unitário como aqueles espíritos anárquicos e revoltosos que atentaram contra a ordem da Confederação. O segundo artigo acrescenta a punição àqueles que tomaram parte nos exércitos do interior e colaboraram com os levantes. Já o terceiro artigo reforça o controle das informações já estabelecido na lei de imprensa de 1829, para excluir aqueles que “de palabra tratar de adentrar al Pueblo para infundir-le Temor, y deán publicando noticias, faltar a verdad” (AGN.Argentina, 1836). O quarto artigo estendeu a exclusão também aos suspeitos de serem ou tomar partido dos unitários.

Até então, os artigos descritos se enquadravam nas querelas políticas entre o governo Rosas e aqueles que foram eleitos como seus inimigos, bem como daqueles que mesmo não sendo unitário mas letrados deferisse algum tipo de crítica na imprensa ao projeto da Confederação. Essa disputa política que iniciara em Buenos Aires com movimento decembrista já polarizava os unitários e federais também nas províncias do interior e após o fim da guerra entre as ligas, a perseguição também chegara ao interior. Todavia, em 1836 a querela de Rosas com os unitários passou a ser excludente com outros setores da população.

Apresentado a esse ponto, podemos voltar ao Edital da província de São Luis publicado em 1836. Depois de indicar as exclusões de um partido que fizera oposição à

direção rosista, os artigos dos editais concediam aos cidadãos comuns o direito de eles mesmos realizarem as punições até então monopólio do governador.

Art.9º. Todo ciudadano esta autorizado para conducir a la prisión del modo que le parecer conviene dar lo, a cual momento in fragante sedimento a otro, introduciendo la discordia con sus combinaciones o asentadas las noticias con exogrança. (AGN.Argentina, 1836)

Ao compartilhar com a população o poder de usar a força e a punição, a direção política rosista criava na só um cordão de vigilância contra seus opositores, como também ampliava a perseguição a outros costumes incomuns às comunidades locais. Por isso, a concessão dessa vigilância fortalecia os vínculos comunitários das margens do Prata, uma vez que esse poder de punir pulverizava o uso do poder de justiça com as pessoas comuns.

A conseqüência desse poder compartilhado foi a manipulação das comunidades locais para excluir de seu convívio aqueles indivíduos *outsiders*, com comportamento diferentes, estrangeiros de outro província e cidade, os baderneiros, ladrões etc. Para alimentar o envolvimento das comunidades o governo garantia o reconhecimento: “Art. 8º. El nombre de toda persona que denunciarle a al gobierno de semejantes criminales, será tan respetado que tendrá ella sobra fama.” (AGN.Argentina, 1836). Talvez, o uso do poder de denúncia e controle sobre as relações locais tenha sido mais eficaz que o uso dos cintos com a propaganda da Confederação (SALVATORE, 2005), ao que tange a criação de pertencimento à nova cidadania da Confederação.

Há que se levar em conta todas essas pessoas que foram levadas a júri por seus vizinhos, amigos e líderes locais acusados de serem unitários, mas na verdade estavam sendo vítimas por outros delitos ou desavenças no ambiente do lar. Punição que perseguiu até mesmo os federais que se opuseram ao uso abusivo dos poderes extraordinários, conseqüentemente, todos foram representados como inimigos da Confederação. Todos somaram as fileiras dos fugitivos e tornaram-se estrangeiros em sua própria pátria, visto que editais manuscritos como esse da província de São Luis foram reproduzidos e circulados por todas as cidades que margeavam o Rio da Prata.

Em tempos posteriores a Independência, a nação argentina não existia como um nacionalismo definidor das origens e dos limites da comunidade política. Ainda em 1830, prevalecia para os cidadãos a referência da nação como a pátria, a casa, o lugar

onde se nasce (ANNINO, Antonio e GUERRA, François Xavier, 2003) (CHIARAMONTE, 2004). Nesse rumo, a direção política de Rosas construiu uma nova identidade e um novo vínculo de comunidade política que fugia aos padrões e modelos usados no século XIX, como a elaboração de uma constituição e instituições deliberativas de um típico estado nacional moderno. Desse ponto de vista parece adequada à interpretação de Marcela Ternavasio e Gonzales Bernaldo, cuja afirmação considera que o modelo político proposto por Rosas consolidou a união das Províncias mantendo suas autonomias e criando novos vínculos de pertencimento. (GONZALES BERNALDO, 1997) (TERNAVASIO M. , 1999). No entanto, ele obteve sucesso porque usou o monopólio da força como nenhuma outra liderança rioplatense havia usado.

À medida que Rosas formulou um cidadão defensor do projeto da Confederação, também incentivou a participação dos setores subalternos nas eleições, por esses meios, legalizou-se um novo comportamento civil. Vista dessa forma a perseguição e o espaço de terror praticado por Rosas fortaleceram os vínculos comunitários entre os rioplatenses que não pertenciam aos círculos das elites políticas.

Ao definir esse novo cidadão e essa nova pátria da ordem, o seu monopólio precisava definir os estrangeiros daí o papel fundamental da caracterização unívoca dos unitários levada a cabo pelo discurso rosista. Os Unitários passaram a representar não só seus interesses como grupo político, mas os hábitos de cidadãos maléficis a convivência pública. Ressalta-se também que diminuição do papel da imprensa dentro das formas de participação na vida pública motivou a fuga de vários grupos letrados da região que não eram unitários, como grande parte da geração de 1837 (WEINBERG, 1977). Então, temos que pensar nos exilados rioplatenses como estrangeiros de um novo projeto político empreendido por Rosas.

Em 1836, Rosas obteve a adesão das províncias do interior e os estrangeiros tornaram-se perseguidos políticos e exilados da sua margem do Rio da Prata, uma vez que a perseguição nas províncias do interior os empurraram para outros territórios políticos como Chile, Bolívia, Montevideu e Brasil, dentre outros destinos europeus como a França.

Como essa experiência de estar fora da casa e da pátria por desavenças políticas mudou os indivíduos e suas bandeiras políticas? Responder a essa questão é um convite para observar as trajetórias desses exilados rioplatenses em seus múltiplos contextos e conexões. Certo é que o discurso rosista narrava uma nova comunidade política das quais muitos não puderam participar. Essa exclusão política das formas de participação institucional qualificou a experiência de ser estrangeiro em sua própria comunidade, pois a rota de fuga começara de uma província para outra. Nesse caso o que os qualificavam não eram ainda ser argentinos, sim pertencentes ao território do antigo Vice-Reinado do Prata. Nesse sentido, os estrangeiros tornam-se exilados quando emigram da região das províncias unidas à Confederação.

Igualmente cabe considerar que nem todos os exilados eram unitários. A esse grupo somou-se todos aqueles denunciados por conflitos da rua, das *pulperías*, já que o poder de acusação e julgamento as pessoas comuns levaram as querelas do mundo privado para o espaço público do terror. Logo, muitos exilados que lutaram contra Rosas foram pessoas comuns que não tomavam parte do projeto político do grupo unitário. Até mesmo porque seus programas políticos esvaziaram-se para atender às demandas da guerra contra Rosas.

No exílio desses peregrinos, só havia lugar numa pátria do futuro, mas seria possível voltar ao lar e reapropriar de uma pátria política da qual eles não ajudaram a construir? A experiência de estar de fora de todos que fugiram do sistema rosista dividiu presença com a ampliação da participação política para outros setores da comunidade rioplatense. Quer seja para os novos cidadãos agregados, quer para os cidadãos proscritos os anos que marcaram a direção política de Rosas foram tempos de guerra, terror e esperança.

Bibliografia

AGN.Argentina. (1836). *Edital da Província de São Luis*. Coleção Carlos Casavalle. Legajo 2311.

ANDERSON, Benedict. (1989). *Nação e consciência nacional*. São Paulo : Ática.

ANNINO, Antonio e GUERRA, François Xavier. (2003). *Inventando la nación. Iberoamérica siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica.

CHIARAMONTE, José Carlos (2004). *Nación y Estado en Iberoamérica*. Buenos Aires: Sudamericana.

FOUCAULT, Michel (2009). *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão (em português)*. 36ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

GONZÁLES BERNALDO, Pilar. (2001). *Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires (1829-1862)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

_____. (1997). “La identidad nacional” en el Río de la Plata post-colonial: continuidades y rupturas con el antiguo régimen. *Anuario del IEHS “Prof. Juan C. Grosso”*. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires. n.12 de 1997. págs. p.109- 122.

MYERS, Jorge. (2002). *Orden y virtud, el discurso republicano en el régimen rosista*. 2ª edición. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.

SABATO, H. (1999). *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica.

SALVATORE, Ricardo. (2005). “Consolidación del régimen rosista (1835-1852)”. In: N. Goldman, *Nueva historia argentina, Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. 2ª edición. (pp. p.323-365.p.327.). Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

TERNAVASIO, Marcela. (1999). “Hacia un régimen de unanimidad. Política y elecciones en Buenos Aires, 1828-1850”. In: H. Sabato, *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. (pp. 119-141.). México: Fondo de Cultura Económica.

_____. (2007). *Gobernar la revolución. Poderes en disputa en el Río de la Plata, 1810-1816*. Buenos Aires: siglo veintiuno editores.

WASSERMAN, Fabio. (2008). *Entre Clio y La Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Editorial Teseo.

WEINBERG, Felix. (1977). *El salón literario de 1837*. Buenos Aires: Hachette.